

# Jica: um projeto para ignorar o homem

Os bispos de Uberaba estudaram demoradamente o projeto JICA, de desenvolvimento do cerrado, e resolveram se manifestar a respeito. Estão preocupados com a questão social que será decorrente do projeto: a migração maciça de lavradores para as cidades, pois entendem que o desenvolvimento que o projeto visa não é para o homem, mas sim apesar do homem, exatamente o contrário da visão cristã.

Em Uberlândia, os bispos daquela região eclesial se reuniram em janeiro e decidiram apoiar as conclusões de Uberaba. Coragem pastoral, com raiz na fé, e muita união sem violência, sem medo, são as medidas apontadas em relação à implantação do projeto.

## Carta pastoral dos bispos da Província Eclesiástica de Uberaba

Reunimo-nos dia 26 de novembro passado, em Uberlândia, para estudar nossa atuação pastoral. Vimos, nesta ocasião, ser necessária uma palavra sobre o que está acontecendo entre nós com a efetivação do projeto dos Cerrados. Assusta-nos o lado social da questão, exatamente porque nossa visão do homem é evangélica e cristã.

Eis porque decidimos enviar esta Carta muito simples, mas muito expressiva de nossa preocupação por nossos irmãos de quem somos Pastores.

### I — VER

Já não é segredo para ninguém que um projeto de colonização em nosso Triângulo Mineiro está em execução. O projeto visa o aproveitamento dos cerrados, até então ociosos, através de produtores com experiência de produção de grãos. Eles estão chegando às dezenas do sul e adquirindo propriedades em Minas, com todas as facilidades de crédito.

Muitos já ouviram ou leram alguma coisa a respeito dos acontecimentos, mas são poucos os que sabem a verdade sobre o Projeto de Desenvolvimento do Cerrado, no Brasil.

Este Projeto é um desdobramento do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado. Este Programa foi preparado pela JICO (Japan International Cooperation Agency).

A JICA lidera um grupo de 49 acionistas japoneses que se associaram ao capital brasileiro para constituir a Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO) e dar início ao programa de cooperação nipo-brasileira para o desenvolvimento dos cerrados.

O presidente da Campo, depondo perante a Comissão de Agricultura da Câmara, prestou alguns esclarecimentos sobre o problema da utilização da mão-de-obra pelo projeto nipo-brasileiro. Segundo ele, um terço do pessoal empregado será constituído por mineiros (ou goianos), outro terço por imigrantes de ascendência italiana ou alemã do sul do País e o último terço formado por japoneses.

A área que despertou a cobiça de companhias estrangeiras, é o cerrado na parte central do País. É uma área imensa, de 60 milhões de hectares, ou seja, 12 milhões de alqueires mineiros. Ocupa parte do Estado de Minas e parte do Estado de Goiás. Corta o centro quase do Brasil.

Além do grande projeto de aproveitamento dos cerrados, há outro de proporções bem menores. É o chamado projeto-piloto. É uma experiência que vai servir de base para a execução do resto do projeto. Para isso haverá uma área-cobaia. Esse projeto piloto prevê a utilização de uma área de 50 mil hectares. Os resultados da experiência-base dirão quais as possibilidades do projeto definitivo.

O projeto-piloto espalha-se em três áreas. A primeira delas tem como centro a cidade mineira de Irai, abrangendo os municípios de Nova Ponte e Romaria. A segunda área tem como pólo a cidade de Coromandel, abrangendo os municípios de Patrocínio, Guimarães e Patos de Minas. A terceira área tem como base a cidade de Paracatu. As áreas escolhidas para o projeto-piloto estão, portanto, localizadas nesta nossa Província Eclesiástica de Uberaba.

O projeto-piloto já está em andamento. As terras da região de Irai já estão sendo adquiridas dos antigos moradores e vendidas com facilidades de pagamento a trabalhadores vindos do sul do País.

O Projeto de Desenvolvimento do Cerrado pretende cultivar soja, milho, trigo, café e eucalipto, tendo como objetivo primordial a exportação. Como disse o presidente da Campo, é uma "grande opção para o rápido desenvolvimento de uma grande produção de alimento".

### II — JULGAR

Diante deste projeto, cuja realização parece infelizmente ser irreversível, pergunta-



Foto de Mariela Mafel



mos: Quem financia a infra-estrutura do projeto? Os antigos moradores e proprietários da região foram consultados? As populações dos locais escolhidos pelo projeto vão tirar algum proveito de tudo isso? Por que deslocar os antigos moradores dando preferência aos de longe? Haverá mais abundância na mesa do pobre? A produção do arroz e do feijão — alimentos básicos na mesa do homem do interior — será incrementada? O projeto é uma oportunidade para o homem do campo sentir-se mais homem? Haverá baixa nos preços dos gêneros de primeira necessidade?

Segundo o Padre Martinho Lens, SJ, secretário da Linha 6 (Ação Social) da CNBB, muitas críticas podem ser feitas ao projeto: "A principal crítica que se pode levantar contra o projeto, a nosso ver, é a falta de globalização (ou seja: ausência de visão das consequências concretas para o povo, tanto do campo como da cidade) em vista de um desenvolvimento regional harmonioso e integrado. Ao invés disso, preparou-se um projeto de cima e de fora, sem consulta às populações interessadas. No projeto, desconsidera-se totalmente o destino das populações atualmente residentes na área a ser ocupada pelo projeto, estimada preliminarmente em um milhão de pessoas".

O que, porém, é para nós muito importante é que este projeto levanta problemas pastoralmente muito graves. Sua implantação está causando crescente inquietação na área. Alguns sitiantes e fazendeiros temem que, no futuro, caso não aceitem agora as ofertas apresentadas, suas fazendas e sítios fiquem ilhados no meio de todo o território comprado.

Assim fazendeiros e pequenos proprietários dessa área estão sendo levados a vender suas terras, devido a preços tentadores, acenados pelo grupo japonês, o que vem causando o êxodo de agregados e trabalhadores rurais.

O que se pode prever com certeza é a maciça migração da população para fora da área e para rumo ignorado. Certamente para as metrópoles, para as periferias das cidades médias, agravando os problemas urbanos. Estas periferias vão acolher levas de pessoas sem preparação profissional, que não poderão enfrentar na cidade o mercado de trabalho. Serão assim presas fáceis dos vícios que grassam no meio urbano: alcoolismo, prostituição, roubos, violência.

Vê-se sem dificuldade que o projeto é consequência de uma concepção econômica em que o homem não conta. O que realmente conta é o desenvolvimento a qualquer preço. Um desenvolvimento realizado não para o homem, mas apesar do homem. Exatamente, o contrário da visão cristã que é toda a economia a desenvolvimento a serviço do homem.

### III — O QUE FAZER?

Que fazer diante da efetivação desse projeto que põe em risco o valor da pessoa humana? Que passa por cima de direitos adquiridos de proprietários, forçados a vender suas terras, onde residem há dezenas de anos? Diante do êxodo das populações rurais, que vão inchando as periferias, diante do aumento dos "bóias-frias", diante do desemprego, que atitude tomar? Será a indiferença uma atitude cristã?

## Reunião Episcopal em Uberlândia

Um grupo de Bispos reuniu-se dia 13 de janeiro de 1981 em Uberlândia, na Cúria Diocesana. Estiveram presentes os srs. Arcebispos de Goiânia e Uberaba e os srs. Bispos de Ipameri, Jataí (auxiliar), Itumbiara, Formosa, Uberlândia, Patos e Paracatu, devidamente assessorados pela Linha 6 da CNBB, pela Regional Centro-Oeste e pela Província Eclesiástica de Uberaba. Estudou-se detidamente o conhecimento do projeto JICA. Os participantes tomaram consciência da realidade e conhecimento dos planos, da execução destes planos já em andamento, da crítica do IPEA ao projeto JICA, dos depoimentos tomados na Câmara dos Deputados a este respeito e de outras informações e dados reais.

Em seguida, à luz da visão cristã do homem e das exigências de um desenvolvimento integral, fez-se um juízo crítico do projeto. Em síntese, verificou-se, mais uma vez, que — não obstante muitos esforços — o Brasil se ressentia de vários males: coberto de dívidas, infectado de doenças, sofre deficiência no atendimento à saúde e à instrução. Isto afeta dramaticamente o homem brasileiro, sobretudo, o homem do campo, que, aliciado pelo preço que o projeto oferece à sua terra, se desarranca dela e vem para a periferia urbana. Não se pode negar algumas vantagens imediatas que o projeto traz: maior produção; aproveitamento de terras, antes improdutivas; saneamento da malária; registro do trabalhador. Mas também não se pode

esquecer as desvantagens graves a médio e longo prazo, sobretudo de ordem social, atirando o homem fora de sua terra com as consequências familiares e morais que isto acarreta; vendendo à estrangeiros (no caso japonês em proporção de um terço) imensa porção do território brasileiro; exportando toda a produção para fora do país (portanto não solucionando nem ajudando a solucionar o problema da alimentação do brasileiro). Desvantagem grave ainda é a consequente multiplicação dos "bóias-frias" e das favelas. Percebe-se no projeto uma visão puramente econômica de desenvolvimento, inaceitável à doutrina cristã. Pergunta-se pois se as muitas e sérias desvantagens cobrem as vantagens imediatas do projeto. E se os prejuízos ao homem podem ser compensados pelo valor econômico das exportações futuras.

Chegou-se a certa unanimidade sobre o que se deve fazer. Além das medidas sugeridas pelos Bispos da Província de Uberaba na sua Carta Pastoral, é necessário unimo-nos bispos, presbíteros e leigos nesta luta desigual, à qual só Deus pode dar força. União sem violência e sem medo. Um projeto, como este, que conta com tanto dinheiro, com poder e com tão forte proteção poderia desanimar-nos. Mas aí é que entra a coragem pastoral, cuja raiz é a fé. Não estamos lutando por interesses nossos, mas porque está em jogo o homem, nosso irmão.

Em primeiro lugar, conscientizar o povo do seu valor de gente e de filhos de Deus. As CEB's são ambiente privilegiado para esta conscientização. Só assim o povo pode enfrentar as dificuldades e opor-se como força crescente a medidas que lhe sejam prejudiciais. Esta força popular pode desmentir a irreversibilidade do protesto.

Nesta e em outras ocasiões não faltarão acusações que vêm a Igreja de maneira distorcida e descobrem contradições e desunião no episcopado. Necessário saber sofrer esta fase de transição.

Em segundo lugar, não faltam pessoas no laicato que estão dispostas, por força de suas convicções patrióticas e de sua fé, a lutar a favor do povo, dos necessitados, dos desprovidos de voz, nesta questão do projeto JICA. Valorizar estes grupos e apoiá-los.

Por fim, incentivar as Congregações Religiosas, em coerência a opção preferencial pelos pobres, a fixarem suas residências nas zonas rurais, sobretudo nestas que estão visadas pelo projeto. Porque aí estarão a serviço do povo mais precisado, no momento, de agentes de pastoral que o congreguem, dinamizem e inspirem.

Os participantes desta reunião dão seu apoio à Carta Pastoral da Província Eclesiástica de Uberaba e desejam que estas considerações e conclusões sejam enriquecimento daquele documento. Uberlândia, 13 de janeiro de 1981.

O Documento de Puebla diz o seguinte: "Para que a nossa doutrina social seja acreditável e aceita por todos, deve responder de maneira eficaz aos desafios e aos problemas graves que surgem de nossa realidade latino-americana" (476). Como seria "acreditável" nossa doutrina, se fugíssemos de um "dever pastoral de alertar as consciências dos oprimidos? Foi o que o Papa fez agora na encíclica "Dives in misericórdia", de forte conteúdo social cristão.

1. Levados, portanto, por nosso dever pastoral, pedimos aos sacerdotes da Província que procurem tomar ciência dos acontecimentos e fazer que os cristãos também tomem consciência clara dos riscos e perigos que advirão, como consequência, da realização desse projeto.

2. É urgente criar nos proprietários a convicção de que não podem entregar suas terras a preços, mesmo que sejam tentadores. Não somos contra o desenvolvimento. O que se não pode aceitar é um desenvolvimento que expulsa o homem de sua terra com falsas esperanças, jogando-o na miséria das periferias das grandes ou pequenas cidades para servir de mão-de-obra barata. Vale mais uma área de terra em que se possa plantar e colher do que ter certa quantidade de dinheiro nas mãos, sem possibilidade de trabalho digno.

Fazemos nossas as palavras de Puebla: "Apoiamos as aspirações dos operários e camponeses que querem ser tratados como homens livres e responsáveis, chamados a participar nas decisões que concernem à sua vida e futuro" (1162).

3. Insistimos para que se apoiem e se fortaleçam os órgãos de classes, os sindicatos, as cooperativas, todas as organizações e movimentos que procuram amparar e orientar o proprietário na defesa de seus direitos e de suas terras. O que está em jogo não é uma menor ou maior produção, mas um direito humano fundamental: o direito à terra.

Que os sacerdotes e agentes de pastoral se lembrem sempre da admoestação de Puebla: "A promoção humana implica atividades que ajudam a despertar a consciência do homem em todas as suas dimensões e a lutar por si mesmo como protagonista de seu próprio desenvolvimento humano e cristão" (477).

### IV — CONCLUSÃO

Esta pequena e modesta Carta, que dirigimos às nossas Igrejas, deseja ser um alerta para a situação, um incentivo à reflexão crítica do aspecto humano e social deste malfadado projeto e um apelo à união de forças, mesmo que aparentemente pequenas, para salvar ainda o que dá para salvar. Não estamos contra os projetos de desenvolvimento que beneficiem ao povo e tragam vantagens para o Brasil. Mas temos do direito de temer por este plano, que esquece o homem, sua fixação na terra, seu crescimento de pessoa e busca somente resultados econômicos.

Queremos que os Presbíteros, sobretudo Párocos e Vigários, dêem conhecimento exato desta mensagem aos irmãos do laicato. Para isto aproveitarão as várias circunstâncias que se lhes oferecerem: reuniões, círculos, encontros, final de celebração, etc. E todos nos uniremos na prece diante do presépio para que no Brasil o homem, remido por Jesus Cristo, seja dignificado e respeitado.

Desejamos-lhes e às suas Comunidades, toda graça do Senhor, que nasce para nós, muito santa celebração do Natal e muita paz, pois todos somos cheios de boa vontade.

Uberaba, 8 de dezembro, festa da Imaculada, 1980.

- \* Benedito, arcebispo metropolitano de Uberaba
- \* Jorge, bispo diocesano de Patos de Minas
- \* Estêvão, bispo diocesano de Uberlândia